

A maternidade da Outra: expectativas de gênero em uma prisão portuguesa ¹

Ana Gabriela Mendes Braga (FCHS-UNESP)

Resumo: Estas reflexões são fruto de etnografia realizada no Estabelecimento Prisional de Tires, especificamente na Casa das Mães (que abriga grávidas e mães com crianças de até 5 anos), com técnicas combinadas de observação participante, análise de documento, entrevista, projeção e debate de filmes documentais. Neste trabalho, abordo a colonialidade nas tecnologias disciplinares e reprodutivas em torno das práticas e discursos do encarceramento feminino que rompe com a profecia de que o destino de toda mulher é a maternidade. Apontando que a ideal da, maternidade assim como o sistema de justiça criminal, opera de forma seletiva e a partir de construções de hierarquias sobre a vida. Para em seguida, tratar das expectativas e performances em torno da maternidade vivenciadas pelas mães na separação de suas crianças.

Palavras-chave: encarceramento feminino; maternidade; gênero; raça; colonialismo;

Introdução

Estas reflexões são fruto de pesquisa ² que teve por objetivo conhecer as experiências e possibilidades de exercício da maternidade em condições de privação de liberdade numa prisão de mulheres em Portugal. Por quatro meses realizei etnografia no Estabelecimento Prisional de Tires, especificamente na Casa das Mães (que abriga grávidas e mães com suas crianças de até 5 anos), com técnicas combinadas de observação participante, análise de documento, entrevistas, projeção e debates de filmes documentais. No primeiro momento do texto, a partir da literatura, desnaturalização da maternidade como destino de toda mulher, especialmente das mulheres presas. E em seguida, trato das expectativas e performances em torno da maternidade vivenciadas pelas mães relação com suas crianças.

¹ VIII ENADIR, GT21 – ‘Não-maternidades’: um olhar entre o(s) direito(s) e a antropologia.

² Realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na modalidade Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE). Processo 2018/10750-0.

Qual maternidade? Raça, gênero e colonialidade

Angela Davis (2016: 17) desconstrói dois dos mitos produzidos pela “ideologia da feminilidade”. Primeiro, o mito do ingresso feminino no mercado de trabalho na metade do século XX. Esta perspectiva está baseada na experiência da mulher branca, dona da casa grande. As mulheres negras sempre “trabalharam fora”. Depois, o mito da associação do trabalho das escravas exclusivamente ao ambiente doméstico, sendo que “tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura – era ocasionalmente mãe, esposa e dona de casa” (2016: 18). As grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual, como estavam sujeitas às chicotadas, “nas lavouras e fazendas onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência isso raramente devia-se à razões humanitárias” (2016: 22).

A ideologia que localiza a mulher no espaço doméstico e glorifica a função materna tem raça e classe. Patricia Hill Collins (2019: 140) analisa duas imagens de controle aplicadas às mulheres negras no Estados Unidos: “*mammy*” e “negra má”, as relacionando com a ideologia dominante na era da escravidão, que atribuía as virtudes da piedade, pureza, submissão e domesticidade como fundamentais às mulheres “de verdade”: “As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente eram encorajadas a aspirarem essas virtudes. As afro-americanas depararam com um conjunto diferente de imagem de controle” (Collins, 2019: 140).

No Brasil, Sueli Carneiro, em artigo nomeado “Biopoder”, retrata inversões na ordem do discurso de gênero quando interseccionadas com raça e classe. Ela retoma a fala de governadores de dois importantes estados brasileiros para mostrar que a significação da maternidade é construída a partir de uma hierarquia racial. Em 1982, o então governador do estado de São Paulo, Paulo Maluf elaborou o documento “Sobre o Censo Demográfico de 1980 e suas curiosidades e preocupações”, no qual é apresentada a proposta de esterilização em massa de mulheres pretas e pardas motivada explicitamente pela necessidade de impedir o crescimento dessa população e de sua potência política: “A se manter essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, por conseguinte muito superior à branca; e, eleitoralmente, poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chave” (Carneiro, 2011: 132). Já em 2007, outro episódio, desta vez envolvendo então governador do estado do Rio de Janeiro, revela a produção de hierarquia em torno da maternidade e da vida:

A descriminalização do aborto, uma bandeira histórica do movimento feminista nacional, encontrou nova e perversa tradução de política pública na voz do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. O governador defende a legalização do aborto como forma de prevenção e contenção da violência, por considerar que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as torna “fábricas de produzir marginais”. (Carneiro, 2001: 131)

Ana Flauzina (2006: 12) aponta para o caráter desumano do racismo que cataloga os indivíduos, “afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com as características raciais”. A hierarquia na atribuição da vida criminaliza a maternidade negra: “comumente mulheres negras com filhos são vistas como promíscuas, dependentes do Bolsa-Família, parideiras, moralmente corruptas e com útero de fabricar marginais”, relata Dina Alves (2017: 116) em alusão à fala de Cabral.

As mulheres encarceradas, de forma geral, nunca estiveram confinadas ao ambiente doméstico- e inclusive serviram e seguem servindo de mão de obra barata para nós, mulheres brancas, mantermos nossa posição de classe (Collins, 2019: 143) - e tampouco estão nas representações idealizadas da maternidade. Assim, interpretar a maternidade das mulheres presas desde a chave de domesticidade e dedicação exclusiva é insuficiente ao não reconhecer que não se estende a elas, o devir feminino onde a maternidade é um lugar-destino sagrado. A maternidade não-valorada das presas no século XXI, a maioria delas pobres e negras, no caso do Brasil e Estados Unidos ³, guarda relações com a experiência das escravas no século XIX:

A exaltação ideológica da maternidade- tão popular no século XIX- não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravas. Elas eram ‘reprodutoras - como consequência, “suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas” (Davis, 2016: 19)

Do valor atribuído à vida da mãe, regula-se o valor da vida que ela produz. Por todo o Sul dos Estados Unidos, as legislações estaduais escravistas adotavam o princípio do *partus seuquitur ventrem*- a criança herda a condição de escrava da mãe (Davis, 2016: 25), ou seja, mesmo filha de senhores, da violência de homens livres, seu destino é a escravidão. No interior do processo reprodutivo constroem-se hierarquias que definem o valor e a legitimidade dessas pequenas existências. Neste sentido, a produção da maternidade encarcerada é um projeto biopolítico- foi para a escrava e segue sendo para a população negra e as atuais classes populares. Dina Alves, ao pesquisar a interseccionalidade desde uma prisão em São Paulo, atesta a “produção de categorias de indivíduos puníveis” (2017: 108), que remonta à

³ Portugal, como tratarei na sessão seguinte, até 2019 não fazia recorte étnico-racial nos seus censos. Mas há percepção da sobre-representação de pessoas negras e de etnia cigana nas prisões portuguesas.

continuidade histórica do escravagismo na produção da subjetividade da mulher pelo sistema de justiça criminal:

Entender esse *continuum* entre, escravidão e emprego doméstico, e o “lugar” paradigmático ocupado pelas mulheres negras na sociedade brasileira é ter em mente que o período pós-abolição demarcou a histórica continuidade da sujeição, subordinação e desumanização das mulheres negras, hoje aprisionadas nas cozinhas das madames brancas. (Alves, 2017: 107)

A partir da trilha já construída por essas autoras, me interessa pensar de que forma o *status* de *criminosa* no sistema de justiça se relaciona com a herança histórica colonial, tanto no Brasil, quanto em Portugal. A interseccionalidade, ao instrumentalizar “os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (Akotirene, 2018: 57) é ferramenta analítica importante para se pensar a realidade brasileira, onde as *presas são quase todas pretas, ou quase pretas de tão pobres*⁴. Aqui propomos uma leitura da maneira como a experiência da maternidade encarcerada se relaciona historicamente com a de outras mulheres que têm sua maternidade capturada, que sofrem separações forçadas e traumáticas, seja com a criança literalmente à venda, seja através de formas contemporâneas e sutis de capturas.

Ao agregar esses marcos teóricos na perspectiva pretendo avançar no debate e na produção de outras categorias analíticas que possam dar conta dessa temática tão complexa. Se em trabalhos anteriores (BRAGA, 2015; BRAGA e ANGOTTI, 2019) o debate se centrava na perspectiva de gênero e sistema de justiça, nos últimos esforços de pesquisa proponho avançar para pensar analiticamente a *maternidade encarcerada* e suas consequências desde uma perspectiva macro, de produção do Estado para além da questão prisional e dos corpos individualmente.

E.P. Tires: Casa das mães e prisão das crianças

“O miúdo chora quando fecha a cela”⁵

De fora o E.P. Tires não parece uma prisão. Não, se buscamos o que é uma prisão a partir do olhar formatado no Brasil, com muros altos e guaritas. A prisão que se mostra pra fora é um prédio quadrado branco, com fachada e duas pequenas torres que lembra um pequeno castelo,

⁴ Alusão à música Haiti (1993) de Caetano Veloso e Gilberto Gil que faz referência ao “Massacre do Carandiru” em 1992: “E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo. Diante da chacina 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos”.

⁵ Caderno de campo, Casa das Mães- reunião de apresentação, 18/6/19.

com uma grande porta de ferro verde para a entrada de carros, e uma pequena ao lado com interfone para pedestres. A bandeira de Portugal flameja ao alto do estacionamento em frente, e ao lado, fica o restaurante *Bom Petisco*, que serve tanto os funcionários de Tires quanto a população em geral.

A prisão fica na freguesia de São Domingos de Rana, no concelho de Cascais, instância balneária e turística a 33 km de Lisboa. Desde a capital, chega-se em Tires rapidamente de carro- cerca de 20 minutos do centro da cidade. Já de transporte público, pega-se o *comboio*⁶ no Cais do Sodré até a estação de Oeiras ou Carcavelos e dali um *autocarro*⁷ com saídas a cada 30 minutos das estações que roda a região por 40 minutos até chegar ao E. P.. Com exceção das duas primeiras semanas, em que me desloquei para a prisão com carro alugado, o resto do período de pesquisa utilizei o transporte público. Gastava quase 2 horas pra ir e mais 2 pra voltar da minha casa até Tires, as quais aproveitava para ler, escrever notas de campo e muitas vezes, quando saturada emocional e mentalmente da prisão, preenchia a cabeça com música. Muitos dos visitantes que encontrei chegavam com carros próprios. Com algumas eu compartilhava o trajeto no ônibus desde a estação de *comboio*, ou a espera no ponto, na volta pra casa.

Para mim, sempre foi ambígua a sensação de um presídio próximo ao mar, superdimensionada na imagem do presídio-ilha (lembro aqui de Ilha Grande e Alcatraz, por exemplo),. A proximidade com o mar traz brisa, cheiro de maresia, barulho dos pássaros-pescadores; ao mesmo tempo, angústia frente a (im)possibilidade da imensidão azul, de desde ali sair com o vento da liberdade para reinventar-se. Ainda mais em Portugal, com mar tão presente na sua geografia, história e cotidiano. O mesmo mar da empreitada colonial, o qual algumas dessas mulheres cruzaram de volta atrás de boa esperança, ainda que o único território estrangeiro que tenham pisado tenha sido a cadeia.

Além da presença do mar, Tires arrasta nosso olhar para o céu. A prisão fica em frente a um aeródromo, o que faz com que o movimento aéreo seja constante. Ali funcionam escolas de aviação, com formação de pilotos e comissários de bordo para as principais companhias aéreas portuguesas. A presença dos pequenos aviões, a imensidão do céu, assim como do mar, causavam em mim a angústia de sonhar a liberdade dentro da prisão. Mas esse não era um

⁶ Trem.

⁷ Ônibus.

sonho só meu, e menos ainda minha dor. Em um fim de tarde na creche da prisão, interagindo com as crianças na sala de recreação antes de elas retornarem para junto das mães, um dos meninos, de 3 anos e meio, compartilhava sua aventura de como iria embora dali dirigindo ele mesmo um avião. Segundo uma das educadoras, uma fantasia comum entre os meninos mais velhos (de 2 a 4 anos) que estavam ali⁸.

As crianças estiveram presente em Tires desde sua inauguração:

Desde o início de funcionamento do estabelecimento é-lhes permitido aí conservarem os filhos que não ultrapassem a idade de três anos, prevendo-se para o efeito serviços médicos e educativos e uma creche autónoma do pavilhão prisional, onde as crianças permanecem durante o período de trabalho das mães (...) Após este período são conduzidas ao pavilhão, passando a noite. (CUNHA, 1994, p. 73)

Em conversa⁹ com uma das subdiretoras do EP, ela conta que o Pavilhão 1, destinado às preventivas, com uma média de 170 mulheres, tinha no piso térreo só as mães com suas filhas e filhos, chegando a ter mais de 30 crianças. Antes da criação da Casa das Mães, em novembro de 2000, as mães e crianças viviam em celas comuns, “equipadas de uma cama e armário extra, cortinas mais escuras e um interruptor interno” (CUNHA, 1994, p. 74).

Nos quatro meses de pesquisa de campo em Tires, tive acesso à Casa das Mães e à Creche da instituição. Os outros espaços do E.P. eu conheci apenas por fora, no percurso da portaria até a Casa das Mães, que ficava no fundo do terreno. Para chegar até lá, passa-se por uma quadra desportiva- sempre vazia, um salão de exposições e de espetáculos¹⁰, cuja última e única atividade do ano foi o lançamento de um filme com a presença do diretor, atrizes e atores¹¹. Seguindo-se em frente, encontra-se o prédio administrativo, onde ficava a diretora e sua vice, assim como o “jurídico”, que abrigava o arquivo e cuidava dos processos de execução das presas. Atrás dele há uma pequena capela, e logo adiante um segundo prédio da administração, formado por um quadrilátero com um jardim no meio, que funcionava como claustro na época das Irmãs do Bom Pastor. Diante desse segundo prédio fica a Creche de Tires, e mais a frente o pavilhão de regime aberto, que também abriga a empresa Polismar. Ao lado do RAI está a Casa das Mães, e ao fundo, os dois outros pavilhões.

⁸ Caderno de Campo, visita à Creche de Tires, 19/7/19.

⁹ Caderno de Campo, conversa informal subdiretora, 6/08/19.

¹⁰ <https://justica.gov.pt/Justica-criminal/Servicos-de-execucao-das-penas/Area-territorial-alargada-do-tribunal-de-execucao-de-penas-de-Lisboa/Estabelecimento-Prisional-de-Tires#Caractersticas>, acesso 13/12/ 2019

¹¹ Caderno de campo, Casa das Mães- reunião definição do Cine Tires, 18/7/19.

Do lado do prédio da Direção, há uma lanchonete que serve refeições e lanches para os funcionários de Tires, o clima ali é amistoso, entre conversas, cafés e cigarros compartilhados justo à porta. Pela primeira vez na vida, entrava na prisão com dinheiro para consumir ali ou em um café de máquina na cantina da Casa das Mães. A lanchonete fazia parte do meu caminho, e era lá que encontrava casualmente com a diretora para negociar uma atividade, uma entrevista, uma autorização. Ao passar por lá, e mesmo no restaurante *Bom petisco* junto ao E.P. e diante de outros estabelecimentos mais simples atravessando a via, me perguntava se as pessoas enquanto comem e bebem pensavam na prisão, nas pessoas presas, logo li adiante, no que comem, como estariam. Eu pensava.

Há ainda um quarto pavilhão novo atualmente desativado- o que causa espanto frente à sobrelotação da grande maioria dos estabelecimentos prisionais do Brasil. Planejado para ser um espaço para atender pessoas com problemas de saúde, conta com arquitetura e materiais que contrastam com as grades e ferros do restante da prisão. Conforme descreve Viviane, portuguesa que gostava de palavrões, como manda sua tradição, do norte do país:

Temos um Pavilhão ali, o ET que era um pavilhão para pessoas com problemas de saúde, entende, que aquilo lá mais parece..., que aquilo ali devia ser a Casa das Mães. Uma entrada que é um espetáaaaculo, que é um espetáculo, as portas não são de ferro, são de madeira. Aqui as portas são de ferro, as crianças brincam com as portas. Que é normal, são crianças estão na idade de fazer asneira- desculpe lá a expressão está a gravar mas falo assim mesmo- de fazer merda a dar com pau. Eu falo assim desculpa, de fazer merda a dar com pau. Porta de ferro... já viu? Crianças ficaram sem dedos, sem unhas, cortes, ficavam lá com as mãos entaladas. Se as portas fossem de madeira, isso seria evitado..”¹²

O estabelecimento dispõe ainda de um prédio para os Serviços Clínicos. A saúde infantil é coberta por uma pediatra aposentada voluntária que vai ao Estabelecimento, uma vez por semana. No restante do tempo, qualquer emergência com os *miúdos* é levada para “enfermeiras que não sabem nada de criança”¹³, elas que filtram as demandas das mulheres e crianças para encaminhamentos médicos de urgência e externos ao EP.

A ocupação laboral disponível para as presas em Tires gira em torno de trabalhos domésticos e manuais, divididos em três áreas: setor de oficinas (tapetes arraiolos, teares/tecelagem,

¹² Transcrição de entrevista com Viviane realizada em junho/2019.

¹³ Caderno de campo, Casa das Mães- reunião de apresentação da pesquisa, 20/6/19.

artesanato, costura); manutenção e limpeza (serviços gerais, cozinha, lavanderia, jardim e creche; e, empresas do exterior, com montagem de embalagens (molas, cabides, componentes elétricos, utensílios domésticos). Na prisão, aonde o poder não se esconde, às mulheres que queiram trabalhar só resta executar funções e desenvolver aptidões, desde o lugar reservado ao feminino.

Expectativas e performances da maternidade

A vivência da separação entre mãe e criança em Tires e todos os afetos que ela desperta foi tema de diversas conversas com minhas interlocutoras. Todas as mães de lá já a viveram, e se não estão na iminência da separação, tem ela em vista no apertado cálculo entre tempo de pena e idade da criança. Nas últimas tardes de campo, ainda na Casa das Mães mas sem os filhos, Viviane e Mônica seguiam frequentando nossos encontros do Cine-Tires e compartilhando suas experiências com o grupo. Mônica parecia estar passando pelo processo mais tranquilamente pelo fato de que seu Manu está super-adaptado: “Lembra que no último mês ele pedia todo dia pra sair? É hoje que vou embora? Chegou meu papel? A única coisa é que não quer compartilhar as ligações com o irmão mais velho, quando a mãe liga segue sendo o filho único que foi por 4 anos.

Já a experiência de Viviane mostra a ambiguidade de sentimentos em relação à saída de seu filho único. Além da tristeza pelos dez dias de distância após 4 anos (e 9 meses de gestação) vivendo juntos, dia-e-noite, Viviane lidava com a culpa de não ter conseguido chorar no dia em que ele partiu, o que ela percebera depois seria uma forma importante de comprovar seu sofrimento, inclusive perante o próprio filho:

Viviane -Eu vim embora e tu não choraste. Foi logo a resposta que ele me deu...
Alexandra -mas isso não é normal, porque vocês a família vivem assim, de uma forma muito dramática.
Viviane - Eu vim embora, depois não volto mais para perto de ti, vou ficar com a avó...

O que ela mais quer no mundo é vê-lo, mas teme que isso possa piorar ainda mais o dolorido processo de separação. O dilema de Viviane perante o sofrimento do filho de 4 anos na rua- “Não quer ficar porque ali não é escola dele. Que quer ficar com os amigos dele, com a mãe... Não quer lá ficar , não quer lá ficar e acabou...” - é se o traz de volta ele para Tires, ou sustenta a decisão e aguenta vê-lo sofrer à distância. As mulheres a apoiam com palavras e toques e lhe aconselham o segundo caminho: “é melhor aguentar, senão vai voltar tudo...”.

Pauso o filme que ficou passando ao fundo, para seguirmos com a conversa e centrarmos a atenção em Viviane.

AG Você tem falado com ele?

Viviane: Ligo, mas nem comigo ele quer falar. Faz as malas, põe a roupa, os brinquedos, o sapato, enfia tudo dentro da mala, e fala vamos pra casa, que quer voltar. A avó fala “Tu é grande, mãe está a trabalhar, mãe não pode vir. Se a mãe não pode vir, eu vou”. Ele está em duas psicólogas, está na psicóloga na escola e está na psicóloga do fórum. O trabalho que tem que fazer com ele também.

AG E você fica preocupada, né?

Viviane -Não faço ideia, não consigo perceber. O meu coração de mãe diz pra ele voltar, a minha razão fiz pra ele ficar (na rua). Está todo o dia a chorar...

Alexandra - Cada cabeça, uma sentença. Mas eu não trazia...

Mônica -O Manu não deixa o irmão falar comigo. Diz que não é meu filho.

Viviane -Eu não consigo entender o Gabriel por causa disso. O Gabriel não quer falar comigo, depois é isso, não quer falar comigo, depois o telefone desliga e ele fica a chorar. Depois desliga e já quer falar comigo, depois chora, faz birra. E, depois teve uma coisa, porque assim apesar de ele não querer falar comigo, o primeiro desenho que ele fez na escola é o mesmo desenho que fazia aqui na creche, o que quer dizer que ele continua com a mesma cena.

Alexandra: é isso é bom? Ele não tem que continuar a fazer o mesmo desenho que fazia aqui, ele tem que descolar disto, percebe? Percebe o que te estou a dizer? Isso é péssimo, ele tem que dissociar, nem que tenha que estar um tempo sem lhe ver. Nos primeiros 3 anos cria o vínculo entre mãe e filho, se fez o vínculo. Se construiu, não se vai a perder...

Viviane- Sim. Minha mãe diz que ele continua a falar de mim e qualquer pessoa que ele vai. Minha mãe é Viviane Pedroso, eu gosto muito da minha mãe e minha mãe gosta muito de mim, Ele expressa, está a ver? Depois na hora quando diz assim, quer falar com a mãe? Primeiro tem que dormir pra falar comigo. Ele dá uma desculpa.

Se Viviane uma mulher de 28 anos tinha dificuldades de expressar seus sentimentos, “abrir a caixa preta” que levava a uma violência sexual pelo padrasto pelo qual ela estava presa acusada de homicídio. Seu filho, de apenas 4 anos, tinha o desafio de elaborar a separação da mãe e continuar conseguindo expressar seu amor. Esses ruídos na expressão dos sentimentos causava insegurança em ambos, amplificada pelo sofrimento da avó:

Alexandra: -Sua mãe tem que ajudar, falar a mãe está bem, está a trabalhar.

Viviane: -Minha mãe não consegue esconder isso

Alexandra - Ai fica muito associado ao sofrimento.

Queria falar para Viviane que de nenhuma forma a reação de Gabriel era falta de amor, que lhe faltava ainda maturidade emocional para lidar com a separação. Evitando o lugar de conselheira-acadêmica que apoia com a distância das palavras difíceis e ideias abstratas, compartilhei com ela uma história pessoal. Aos quatro anos tive meningite, uma doença infecto contagiosa, que me colocou em um regime de isolamento de hospital. Minha mãe lembra com tristeza de como durante a internação, virava a cara para ela que me zelava da

janelinha de vidro da porta do quarto. Ali, na mesma idade de Gabi, não entendia porque eu não podia sair, porque ela não podia entrar. Tal como ele, falei de como não conseguia entender a complexidade da situação, então acaba descontando na mãe que ama muito e que “aguenta tudo”.

Morash e Scharam (2002: 76) ao analisarem os programas de parentalidade (*parenting program*), que podem ser vinculados tanto aos programas de visita mãe e criança, como “habilidades para vida” (*life-skills programs*) são baseados na assunção de que falta às mães encarceradas o conhecimento básico de como cuidar e disciplinar suas filhas e filhos. Há uma expectativa de performance dessas mães, as quais elas lutam para atender, enquanto batalham para gerenciar suas próprias emoções, conforme a história de separação de Viviane e Gabriel. Quero entender mais as diferenças que Berta vê nas mães de Tires, e ela me explica a partir de outro exemplo no qual fica mais claro ainda o lugar da performance na valoração da maternidade:

Foi dia das crianças aqui em Portugal, primeiro de junho, então fizeram um filme com cena das crianças e passaram para as mães, só UMA chorou! E no outro dia passaram para quem não pode ver, várias nem quiseram assistir, são desinteressadas. Como mãe a gente gosta de saber, chora, participa, né?

Quando Berta fala em “a gente” como mãe propõe uma cumplicidade entre nós duas, que compartilhamos uma maternidade branca, instruída, e portanto, zelosa; em oposição à maternidade das Outras, das mães de Tires, e todas as associações racistas que a condição carrega. Buscando tensionar essa perspectiva da maternidade encarcerada como desinteressada penso, a partir da minha própria experiência, sobre oportunidades de participação das mães no cotidiano da creche. Pergunto à Berta sobre as reuniões pedagógicas entre coordenação e as mães, para o que ela responde que não existem, “quando tem algum problema chamam a mãe, e conversam individualmente”.

Em conversa com as mulheres elas falaram, que não participam do dia-a-dia da creche, “nem sei o que fazem lá” e ficam sabendo pelas crianças de como foram nas atividades externas, isso para aquelas que falam. Percebi essa falta de comunicação, quando circulando entre a creche e a Casa das Mães passei a ter informações sobre atividades das crianças as quais as próprias mães não tinham. Nas nossas conversas, as mulheres relataram que gostariam de saber mais sobre o desenvolvimento da sua criança a partir de um feedback das educadoras. A prisão exige uma performance pública de maternidade enquanto deixa as mulheres apartadas do cuidado institucional de suas filhas e filhos.

Além da performance, a prisão exige que a mulher subsidie os materiais da criança. As mães tem que mandar pra creche *toalhas* e 3 fraldas por dia, que nunca voltam, independente de usarem. Silvia relata que ganha 50 euros pelo seu trabalho na prisão (biblioteca e lavar roupas bebês) e que gasta tudo com a bebê. Não tem ajuda externa, estava em busca do abono para sua filha na Segurança Social.

Notas finais

Ao contar as vivências das mulheres sobre a perspectiva da maternidade, busquei mostrar o modo que as expectativas de gênero operam por meio de um discurso de defesa dos direitos das mulheres centrado no cuidado. O sistema de justiça, ao reconhecer o gênero das mulheres, as engendram em hierarquias sexuais e reprodutivas. São essas hierarquias sexuais e reprodutivas que colocam a maternidade no epicentro da prisão de mulheres.

Contudo, Cunha e Granja (2014: 7) alertam que saliência de gênero como categoria de identidade prisional é contextual, governadas por regimes de gênero, que também não são fixos: “Essas variações contextuais, hoje em dia mutuamente relacionadas hoje em dia, complexificam a promulgação da maternidade na prisão e delineiam o papel variável da maternidade na identidade e na sociabilidade carcerária”. (2014: 7, tradução nossa).

São questões gerais do encarceramento que são remodeladas na intersecção com a maternidade, dinâmicas de poder para além do gênero, que atravessam as mães presas. colonialidade nas tecnologias disciplinares e reprodutivas em torno das práticas e discursos do encarceramento feminino que rompe com a profecia de que o destino de toda mulher é a maternidade. Apontando que a ideal da, maternidade assim como o sistema de justiça criminal, opera de forma seletiva e a partir de construções de hierarquias sobre a vida.

Referências

Akotirene, Carla (2018), *O que é interseccionalidade?* São Paulo, Pólen.

Alves, Enedina do Amparo (2017), “Rês negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana”, *Revista CS*, nº 21, p. 97-120, <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n21/2011-0324-recs-21-00097.pdf> [consultado 13 de maio de 2020].

Braga, Ana Gabriela e Angotti, Bruna (2019). *Dar à luz na sombra: exercício de maternidade na prisão*. São Paulo: Editora Unesp Digital.

Braga, Ana Gabriela (2015). Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, 11(2), 523–546. <https://doi.org/10.1590/1808-2432201523>.

Carneiro, Sueli (2011), *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Editora Selo Negro.

Cunha, Manuela Ivone da (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. Lisboa.

Cunha, Manuela P; GRANJA, Rafaela. « Gender Asymmetries, Parenthood and Confinement in two Portuguese prisons », *Champ pénal/ Penal field* [En ligne], Vol. XI | 2014, mis en ligne le 28 mai 2014, consulté le 04 juin 2014. URL: <http://champpenal.revues.org/8809> ; DOI : 10.4000/champpenal.8809 , 2014.

Davis, Angela (2016), *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.. 2013.

Flauzina, Ana Luiza (2006), *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*, Mestrado em Direito, Universidade de Brasília (UnB).